

favorecido pela distribuição gratuita nas escolas, mas também se deve ao fato de que seu projeto editorial, por sustentar características próprias de um artefato da cultura midiática, consegue habilmente enredar um leitor específico e interessado: o professor. Deve-se considerar que seu alinhamento de formatação e de conteúdo semântico atende as exigências de um mercado fundido na cultura midiática, e que este mercado possui um traço distintivo, ou seja, o propósito fundamental de atrair o público para a *banca*⁷⁴.

A nomenclatura “revistas de banca” não só diz respeito à banca como ponto de venda, mas também carrega uma *identidade* ligada à definição de cultura midiática. Tanto é que essas “revistas de banca” podem ser vendidas também em pontos de venda alternativos, enfim, em locais em que existe possibilidade de despertar o que se chama de “impulso de leitura”, transformando transeunte em consumidor de revista. Segundo os dados de 2003 apresentados pela ANAER, 80% das revistas são vendidas em bancas de jornal e revista e 20% nos pontos alternativos como livrarias, supermercados, cafés, lojas de conveniência e por vezes, em padarias e farmácias⁷⁵.

Nova Escola pode não trazer originalidade quanto à sua destinação e finalidade, porém distingue-se porque é projetada como produto a ser vendido em banca, para um público de leitura, ou melhor, percepções e abordagens fundadas em outras possibilidades do conhecimento próprias da cultura midiática, baseadas, principalmente, na aceleração de ritmos e na profusão de imagens.

1.2. Nova Escola e o seu leitor: produção mútua

1.2.1. As narrativas midiáticas e as novas leituras do real

Os autores que consideram a história do texto midiático, comumente, situam na década de 60 um marco por conta do uso generalizado da *televisão*, como Martín-Barbero, mesmo que o rádio e o cinema tenham sido fundamentais⁷⁶. Outros autores, como Roger Chartier e Pierre Lévy, tomam a década de 80 como importante, devido à emergência do *mundo digital*, ou ainda, entendem que a cultura das mídias situa-se no entremeio-convergência da (tele)comunicação e da informática-internet, como Castells e Santaella.

74 Embora existam desde a década de 60, as bancas cresceram em número na década de 80, e atualmente - segundo o IVC, a ANAER e a Distribuição Nacional de Publicações (Dinap) - somam 32 mil, distribuídas em 3.600 municípios dos 5.560 existentes, faturando 1,5 bilhão de reais com a venda de 290 milhões de exemplares avulsos de 350 editores.

75 <<http://www.aner.org.br>>.

76 Para Martín-Barbero: “O rádio, em todos, e o cinema, em alguns países - México, Brasil, Argentina -, irão fazer a mediação das culturas rurais tradicionais com a nova cultura urbana da sociedade de massas, introduzindo nesta, elementos de oralidade e da expressividade daquelas, e possibilitando que deem o passo da racionalidade expressivo-simbólica à racionalidade informativo-instrumental organizada pela modernidade” (2001, p. 42).

Elabora-se a categoria de análise “cultura midiática”⁷⁷ partindo da asserção de que na contemporaneidade: 1) com o incremento de instituições e tecnologias orientadas para a produção e difusão de mensagens pelos meios de comunicação ampliou-se a disponibilidade das formas simbólicas para grande número de indivíduos, em cada vez mais espaços e em velocidade sempre maior; e 2) coexistem várias linguagens midiáticas em um só instrumento de armazenamento-transmissão de informações. A utilização dessa categoria também é presidida pela noção de que a mídia é *significado* já na sua materialidade e como meio e mensagem condiciona e possibilita - *mas de modo algum determina ou fixa* - as explicações, as representações e as interpretações referentes à realidade⁷⁸. Desta forma, quando Pierre Lévy em 1993 intitulou seu livro como *Les Technologies de L'intelligence* ou quando Roger CHARTIER falou de “categorias intelectuais” (1999, p.77), defendiam que a técnica, o suporte de significação não engendra apenas uma aplicabilidade instrumental, pois são “entidades que participam plenamente da instituição de mundos percebidos” (LÉVY, 2006, p. 16)⁷⁹. Mesmo entendendo ser provável que uma mensagem veiculada pela mídia tenha seu sentido alterado, (re)elaborado ou transgredido na hora da recepção ou mesmo reconhecendo que parte da população ainda estaria excluída da cultura midiática, para alguns autores⁸⁰, o *suporte midiático* da informação e da comunicação desenhou um modo de experimentar, perceber, sentir e conhecer o mundo que impregnou a cultura, “modificando tanto o estatuto cognitivo quanto institucional das condições do saber e as figuras da razão” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54). Resumindo: “quaisquer mídias são inseparáveis das formas de socialização e cultura que são capazes de criar” (SANTAELLA, 2003, p. 117).

77 Alguns autores, como Castells (1999), por observarem que os acontecimentos só atingem o estatuto de realidade quando divulgados pela mídia, preferem, ao invés de cultura midiática, o termo “sociedade midiaticizada”. Tanto o conceito de “cultura midiática” como de “sociedade midiaticizada” subentende que a mensagem provinda de um veículo comunicativo e o sujeito-alvo em um movimento tensionado de influências recíprocas, diferente do conceito de “indústria cultural”, que como dito na parte introdutória deste trabalho, tende a pautar-se em uma visão unidirecional, na qual a mensagem incide - ou impõe-se - sobre o sujeito, não havendo contrapartida.

78 A concepção de que as transformações das modalidades de entendimento do real são construídas em acordo com o incremento dos suportes tecnocomunicacionais, associa-se às considerações de Pierre Lévy, Roger Chartier, Martín-Barbero e Lucia Santaella. Mesmo às vezes empregando termos como percepção, *sensorium*, raciocínio, inteligência, codificação e memória, esses autores não se reportam ao campo da Psicologia, mas sim às formas de pensamento, leitura e interpretação. Também neste trabalho, não se buscou considerar o *processamento cognitivo* ou neurofísico (no sentido de apreensão imediata dos dados e informações do ambiente ou de um objeto pelo indivíduo), embora reconheça-se que o processo cognitivo também tenha fundamentação histórico-cultural.

79 A perspectiva de que as formas sociais do saber e da percepção que nos parecem ser naturais são historicamente datadas, já era presente em Walter Benjamim em 1936: “No decorrer dos grandes períodos históricos, com relação ao meio de vida das comunidades humanas, via-se, igualmente, modificar-se o seu modo de sentir e de perceber. A forma orgânica que é adotada pela sensibilidade humana - o meio na qual ela se realiza - não depende apenas da natureza, mas também da história”. Ver: BENJAMIM, W. HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Textos escolhidos*. Trad. José Lino Grunnewald et al. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.08. E em 1962, Thomas Kuhn levantou a questão: “o que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (KUHN, 2007, p. 150), e “as alterações perceptivas acompanham as mudanças de paradigma” (KUHN, 2007, p. 151). Lembrando que esse autor entende paradigma não apenas como mudança das regras e teorias de um dado campo científico, mas também, dos valores, das visões de mundo.

80 Entre outros - além de Roger Chartier e Pierre Lévy -, aqueles ligados aos Estudos Culturais: Stuart HALL, 1997, 2003; Jesus MARTÍN-BARBERO, 2001, 2002, 2006; MATTERLAT; NEVEU, 2004 e à semiótica, Lucia SANTAELLA, 2003, 2007.

Segundo a perspectiva acima, a história dos modelos elucidativos estaria relacionada também às condições de possibilidade da própria materialidade da informação-comunicação, e esta relação seria, senão o pilar, um eixo essencial nas formações culturais. Para entender o funcionamento destas formações, Pierre Lévy e Roger Chartier pautam-se em “fases” como a *oralidade*, a *escrita linear* ou *clássica* (em especial a escrita impressa), e nas escritas *midiática* e a *hipermidiática*, esta última, presente no meio eletrônico computadorizado. Já Lucia Santaella, também a partir do critério da gradativa introdução dos novos meios de produção, armazenamento, transmissão e recepção de signos, fala em seis “divisões” culturais: cultura oral, da escrita, impressa, de massa, midiática e cibercultura.

Independente de tais classificações, esses autores concluem que, quando se demarca períodos culturais, não significa que os modos de aquisição e de usos dos aparatos comunicacionais estão sendo vistos como blocos únicos, como comuns a todas as regiões e grupos. Antes: no processo condutor de uma “fase” à outra, deve ser considerada a mudança das ênfases e das misturas entre os meios e entre as mensagens que por eles transitam: “a sucessão da oralidade, da escrita e da informática como modos fundamentais de gestão social do conhecimento não se dá por simples substituição, mas antes por complexificação e deslocamento de centros de gravidade” (LÉVY, 2006, p. 10). Assim, se a cultura escrita envolve, desde o rolo antigo, o *códex*⁸¹ medieval, o livro impresso, até o texto eletrônico, um objeto cultural como *Nova Escola*, mesmo possuindo particularidades que a dimensionam como revista de consumo da cultura midiática, pode abarcar características aproximadas de suportes - e consequentemente, de leituras - tão diferentes como o livro e a escrita dígito-virtual⁸².

As diferenças entre as formações culturais devem ser, portanto, relativizadas e vistas sob a perspectiva das tendências e potencialidades, mesmo que suas configurações-base tenham-se estabilizado por um momento e alcançando grandes populações. Porém, para efeito de análise, pode-se dizer que na sociedade oral primária⁸³, as mensagens eram compartilhadas em uma situação idêntica, em tempo e lugar simultâneos (no aqui e agora) e em universo semelhante de significação,

81 Os *códex* ou *códices* são livros manuscritos, geralmente em pergaminho, que vieram substituir os rolos (papiros enrolados em um cilindro de madeira) comumente utilizados na antiguidade.

82 Essa mescla ou fusão de marcas de identificação das formas comunicativas não é prerrogativa de nosso tempo. Ao lidarmos com o momento em que a cultura escrita se apresenta de forma mais acentuada, há que considerar que esta se produziu em paralelo com a cultural oral. Se o Ocidente medieval produz a competência da leitura silenciosa, isso não descarta o fato de que esta já se realizava na antiguidade grego-romana e de que a escrita fortemente associada à oralidade seja uma constante até o século XVIII: “A leitura em voz alta mantém-se a base fundamental de diversas formas de socialização, familiares, cultas, mundanas ou públicas, e o leitor visado por inúmeros gêneros literários é um leitor que lê para os outros ou um “leitor” que escuta” (CHARTIER, 2003, p. 35). A literatura metrificada e recitada como transmissão do conhecimento, comum na Grécia do século V a. C., não substituída por completo com a prosa na sociedade europeia no medievo, também expressa a vinculação com a oralidade. A retórica evidencia que “durante muito tempo, a escrita esteve intimamente associada à oralidade, como suporte desta” (MUNAKATA, 2003, p. 92), pois servia de transcrição, extensão ou auxiliar da fala e “não passava então de anotações para o orador lembrar-se do que iria falar” (MUNAKATA, 2003, p. 59).

83 A oralidade coexiste com outras formas de comunicação e a oralidade secundária refere-se à atual cultura (telefone, rádio, televisão).

enquanto que o advento da escrita “descontextualizou” os agentes da comunicação, deixando-os sem a interação direta. Sobretudo, o saber transmitido oralmente – a “palavra viva” –, diz respeito à gestão, formação, organização da memória social (LÉVY, 2006, p. 76-78). Como estratégia de fixação, armazenamento e reutilização desta memória, o passado é recontado e encenado-dramatizado somaticamente – é “escrito”, comunicado – através dos cantos, músicas, danças e gestos para que os ritos e mitos sejam “atualizados”, assim, “a transmissão, a passagem do tempo supõem, portanto um incessante movimento de recomeço, pela roda das gerações” (LÉVY, 2006, p. 83).

Da oralidade para a escrita separou-se o emissor do receptor, bem como a palavra do contexto existencial, transcendendo-se espaço e duração e impossibilitando a interação na comunicação que passa a ser despersonalizada/abstrata. Com a escrita, porque o discurso é posto em materiais “estáveis”, “visíveis” e “transportáveis”, como a argila, o pergaminho e o papel, ou em razão da materialidade espacial da impressão, na qual as sentenças são dispostas de forma unidirecional existindo a estabilidade das letras e do papel, além do espaçamento ordenado e sistemático, tende o discurso a ser lido e entendido de forma linear. Análogo ao tempo instalado no escrito impresso, o tempo vivido é cogitado por sequência de causa e efeito⁸⁴. A tendência é de separar a memória pessoal da coletiva e o saber deixa de “ser apenas aquilo que me é útil no dia-a-dia” transformando-se em “objeto suscetível de análise e exame” (LÉVY, 2006, p. 95). Toma forma a noção de “consciência particular”, autonomia e subjetividade, concomitante ao desenvolvimento do hábito da leitura silenciosa e/ou reflexiva do século X ao XIII, e o indivíduo – aquele que lê e aquele pensado pelos teóricos – é interpretado em sua identidade estável, centrada, racional e fixa.

A cultura escrita, em geral, e a imprensa, em particular, produzem um texto “sólido”, demarcado, um objeto tangível invariante, possibilitando comparação crítica, análise e pesquisa. Certos aparatos da escrita, como datação, arquivos, listas, tabelas de números, quadros, códigos legislativos, etc., “permitem apreender as relações e as combinações que ligam fatos, objetos, números e fórmulas” facultando a atribuição de sentido à História (com maiúsculas) em uma ordenação subsequente de passado, presente e futuro (CHARTIER, 2003, p. 26). Além disso, mais, o registro escrito em forma de livro é reproduzível, tornando-se um corpo de conhecimento que pode ser “carregado” para diversos lugares.

Para Orson (1997), nas sociedades orais primárias, a mente é utilizada predominantemente para conservar, lembrar e assimilar, privilegiando-se os métodos mnemotécnicos de retenção do conhecimento, sendo que a escrita, ao estabelece um conhecimento “fora” da mente porque alojado no objeto, acaba por “liberá-la” para outras experimentações intelectuais, como especulação, classificação

84 Porque as sociedades orais primárias têm outra forma de comunicação, de reter e produzir o conhecimento que não pela escrita, se cristalizou a concepção de que estas seriam pré-lógicas, sem capacidade de abstração ou de pensamento crítico, “sem história” ou “pré-históricas”, desconsiderando-se que tais sociedades apenas possuem outras racionalidades e, portanto, outra forma de perceber e narrar a história.